

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO – FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA NACIONAL ESCOLA DE GESTORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR

Tania Marlene Costa Menegat

**A GESTÃO DEMOCRÁTICA COMO UM MECANISMO DE ENFRENTAMENTO DA
INFREQUÊNCIA ESCOLAR: A REALIDADE DA ESCOLA MANOEL RIBAS**

SANTA MARIA

2015

Tania Marlene Costa Menegat

**A GESTÃO DEMOCRÁTICA COMO UM MECANISMO DE ENFRENTAMENTO DA
INFREQUÊNCIA ESCOLAR: A REALIDADE DA ESCOLA MANOEL RIBAS**

Trabalho de Monografia apresentado como requisito para a atribuição do grau de especialista em Gestão Educacional do Curso de Especialização em Gestão Escolar, na modalidade à distância, da Faculdade de Educação, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Daniela de Oliveira Pires

SANTA MARIA

2015

RESUMO

O presente trabalho visa mobilizar a comunidade escolar para a problemática que vivemos hoje no Colégio Manoel Ribas e as ações desenvolvidas para diminuir a Infrequência. O objetivo maior da equipe do SOE (Serviço de Orientação Educacional) e demais envolvidos é desenvolver o trabalho de forma integrada com atendimento ao aluno, suas famílias e demais membros do contexto escolar. Como princípio básico, pauta-se no compromisso e envolvimento dos membros participantes e co-responsáveis nesse processo com vistas a uma abordagem integrada de professores, SOE e alunos de forma a contribuir na aproximação da realidade e compreensão do aluno em sua totalidade e, dessa forma, contribuir para a diminuição da infrequência escolar. Na pesquisa, será utilizado o método de abordagem dedutivo, na medida em que parte de uma premissa geral que é a infrequência na realidade do Colégio Manoel Ribas sob o enfoque da Gestão Democrática, trazidas a partir dos autores trabalhados no decorrer do trabalho, para questões particulares, analisadas por meio de atividades e observações apresentadas dentro do colégio. A pesquisa tratará da infrequência escolar e seus desafios, trazendo a tona o contexto da Escola Manoel Ribas, as dificuldades que a escola encontra para reduzir a porcentagem de alunos infrequentes. Também é abordada a relação da infrequência escolar, as dificuldades que são encontradas para que essa gestão seja plena dentro da instituição e seus desafios.

Palavras-chave: Infrequência, SOE, Comunidade Escolar, Gestão Democrática.

LISTA DE ABREVIATURAS

APM - Associação de Pais e Mestres

ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente

FICAI - Ficha de Comunicação do Aluno Infrequente

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais

LDB - Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacionais

MEC - Ministério da Educação

PPP - Projeto Político Pedagógico

SOE - Serviço de Orientação Educacional

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	06
2. A GESTÃO DEMOCRÁTICA DA EDUCAÇÃO: OS PRESSUPOSTOS DA PARTICIPAÇÃO DOS SUJEITOS DA EDUCAÇÃO	08
2.1 O PPP DA ESCOLA: UMA CONSTRUÇÃO COLETIVA.....	10
2.2 OS DESAFIOS DA PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE ESCOLAR NOS PROCESSOS EDUCACIONAIS.....	12
3. A INFREQUÊNCIA ESCOLAR E OS SEUS DESAFIOS.....	13
3.1 O CONTEXTO DA ESCOLA.....	14
3.2 A INFREQUÊNCIA ESCOLAR: UMA REALIDADE A SER ENFRENTADA	16
3.3 A RELAÇÃO DA INFREQUÊNCIA ESCOLAR COM A NECESSIDADE DO FORTALECIMENTO DA GESTÃO DEMOCRÁTICA: UMA RESPONSABILIDADE COMPARTILHADA	19
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	21
5. REFERÊNCIAS	24
6. ANEXOS.....	26

1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa tem como objetivo geral analisar a infrequência escolar, tomando por base à realidade do Colégio Estadual Manoel Ribas, evidenciando a importância do fortalecimento da gestão democrática e participativa como um mecanismo para o enfrentamento dessa realidade educacional.

No decorrer do trabalho será tratada a infrequência escolar e seus desafios, trazendo a tona o contexto do Colégio Manoel Ribas, as dificuldades que a escola encontra para reduzir a porcentagem de alunos infrequentes. Também será abordada a relação da infrequência escolar com a gestão democrática, as dificuldades que são encontradas para a gestão democrática ser plena dentro da instituição e seus desafios. Para isso, utilizou-se grandes autores que pesquisam sobre o tema como Miguel Arroyo, Lucilei de Queiroz e Vitor Henrique Paro.

Salienta-se que o estudo traz um tema de grande relevância na área da Educação, uma vez que trata de uma realidade presente nas escolas a infrequência escolar logo, com grande relevância social e acadêmica, visto que se trata de um problema enfrentado por escolas de todo país, ainda que o trabalho só traga a realidade do Colégio Manoel Ribas.

O Colégio Manoel Ribas foi uma espécie de escola de formação de lideranças, através de seu grêmio estudantil. Em suas salas de aula, muitos jovens receberam sua base de conhecimentos, descobriram suas vocações e transformaram-se em destacadas personalidades. Ali tiveram suas primeiras iniciativas como líderes.

Dos bancos do Maneco saíram vários reitores, vereadores, prefeitos, governadores, deputados, secretários de Estado e alguns ministros brasileiros. Grandes profissionais das mais diferentes áreas ainda hoje falam com saudade do tempo em que estudaram no querido Maneco. Nessas seis décadas, o colégio marcou o coração de muita gente. É saudade de colegas, de professores, namorados, casamentos e amizades que iniciaram nos seus recreios, nos seus corredores, fazendo daquela Casa um abrigo de boas recordações de uma fase de suas vidas.

Ex-alunos, ex-professores e a comunidade ainda lembram os grandes desfiles estudantis e se emocionam ao ver passar sua banda marcial, que há mais de 50

anos, com seu uniforme vermelho, bate seus tambores pelas ruas da cidade, levando alegria, brilho e festividades.

Por essas razões, o Maneco não está apenas no coração do Estado, mas no coração de milhares de pessoas que podem ter ido embora para os mais longínquos lugares, tomado os mais diferentes rumos e profissões, porém ficaram ligados à história do colégio por um elo invisível que guardam com carinho.

Por isso, também é importante que, apesar de mal tratados por governos, os professores saibam transformar suas escolas em lugares de onde os alunos possam levar boas lembranças, bons valores. Um lugar de conhecimento e responsabilidade. O conhecimento liberta, a responsabilidade sinaliza para um bom futuro. Pois não nos enganemos, nenhuma tecnologia de última geração, *i-Pad*, *i-Pod*, *smartphone* ou coisa que o valha, vai substituir a relação de proximidade entre seres humanos.

E isso começa na família e na escola. Logo, nunca é tarde para assumir o protagonismo de uma transformação social sólida, pela base, por uma educação humanista. *“Educação é um processo social, é desenvolvimento. Não é a preparação para a vida, é a própria vida.”(JohnDewey).*

Portanto, nosso respeito à histórica trajetória educacional de 60 anos do Colégio Estadual Manoel Ribas, carinhosamente chamado Maneco. Hoje funcionando em três turnos, com 1900 alunos, seus 115 professores e 30 funcionários, entre exigências burocráticas distanciadas da vida real e de todos os revezes de políticas públicas que não priorizam a educação, vem tentando fazer o melhor numa bela casa construída para educar.

O acesso à escola tem se tornado cada vez mais universal, contudo, a permanência ainda não corresponde ao número de crianças que nela ingressam. A infrequência é um problema a ser enfrentado pelas equipes diretivas, corpo docente, família e sociedade que, muitas vezes, foge aos limites da escola, entendida prioritariamente no seu caráter pedagógico, mas assumindo também uma função social perante a comunidade.

Há muitos motivos que levam o aluno a deixar de estudar, a necessidade de entrar no mercado de trabalho, a falta de interesse pela escola, dificuldades de aprendizado que podem acontecer no percurso escolar, doenças crônicas, deficiências no transporte escolar, falta de incentivo dos pais, mudanças de endereço e outros. Para serem minimizados, alguns desses problemas dependem de ações do poder público. Outros, contudo, podem ser solucionados com iniciativas

tomadas ao longo do ano pelos gestores escolares e suas equipes, tendo a responsabilidade de assegurar as condições de ensino e aprendizagem o que, obviamente, perde-se quando o aluno não vai à aula.

O convívio familiar conflituoso, a má qualidade do ensino, entre outros fatores, são todos considerados partes integrantes e comuns da infrequência e evasão escolar. É válido dizer que a evasão está relacionada não apenas à escola, mas também à família, às políticas de governo e ao próprio aluno. Todo esse contexto faz com que o estudante do Ensino Médio deixe de acreditar que a escola contribuirá para um futuro melhor, já que a educação que recebe é precária em relação ao conteúdo, à formação de valores e ao preparo para o mundo do trabalho.

O acompanhamento da frequência é necessário para que a escola possa atender com qualidade e equidade, planejar e organizar a formação e a atribuição das classes e organize as salas e para que o gestor tenha elementos para analisar adequadamente o movimento na instituição e o andamento do processo de ensino e aprendizagem dos alunos.

Assim, no decorrer da presente pesquisa estudaremos, no primeiro capítulo e suas subdivisões, a importância da gestão democrática dentro das escolas e o porquê da necessidade da participação dos sujeitos da educação dentro das instituições de ensino, assim como a elaboração do Plano Político Pedagógico (PPP) além dos desafios da escola, nesse caso do Colégio Manoel Ribas, nos processos educacionais.

Posteriormente, será abordada a infrequência escolar e seus desafios, como o Colégio Manoel Ribas tenta enfrentar esse problema após feito o diagnóstico dos principais motivos que levam os alunos a deixarem de ir às aulas. Cumpre salientar que os pontos supracitados serão explanados com a ajuda de alguns dos grandes nomes da área como Miguel Arroyo, Lucileide Queiroz e Vitor Henrique Paro, conforme pode-se ver a seguir.

2 A GESTÃO DEMOCRÁTICA DA EDUCAÇÃO: OS PRESSUPOSTOS DA PARTICIPAÇÃO DOS SUJEITOS DA EDUCAÇÃO

O art. 205 da nossa Constituição Federal de 1988 é claro: A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a

colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Segundo o art.. 53 do ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº 8.069 de 13 de Julho de 1990),

A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-lhes:

I- igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II- direito de ser respeitado por seus educadores;

III- direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores;

IV- direito de organização e participação em entidades estudantis;

V- acesso à escola pública e gratuita próxima de sua residência.

Parágrafo único. É direito dos pais ou responsáveis ter ciência do processo pedagógico, bem como participar da definição das propostas educacionais.

Baseado nisso, a gestão democrática nas escolas é tão importante que está prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB 9.394/96. Mas para que ela funcione, os governantes devem possibilitar que os gestores da educação realmente administrem os recursos destinados às escolas, como também precisam criar formas de melhoria dos conselhos escolares e, desse modo, garantir a participação de toda a comunidade na gestão educacional.

Como a Constituição, a LDB e o Plano Nacional de Educação – PNE¹ estabelecem novos fundamentos e estratégias para a organização e a gestão dos sistemas de ensino e para as práticas do cotidiano escolar e, com isso, destaca a autonomia dos sistemas de ensino e de suas escolas. Como estratégia privilegiada de gestão democrática, são instituídos os conselhos de educação nos sistemas de ensino e, na gestão das escolas, os conselhos escolares, sempre com a participação da comunidade.

Com isso, a gestão democrática nas escolas se coloca como um dos caminhos mais importantes para se alcançar a qualidade da educação. Quanto mais a família, estudantes, professores, diretores, enfim, toda a comunidade participa das atividades e decisões da escola, melhor será o desempenho desse aluno.

Quando atuantes, conselhos escolares e associações de pais e mestres (APMs) são bons exemplos de busca da gestão democrática. Afinal, nos conselhos

¹ Lei ordinária, prevista na Constituição Federal, que entrou em vigência no dia 26 de junho de 2014 e valerá por 10 anos. Ela estabelece diretrizes, metas e estratégias de concretização no campo da educação.

e associações desse tipo, os integrantes podem participar da elaboração do planejamento anual da escola e influir na criação de regras relacionadas ao ambiente escolar e à qualidade da educação.

É fundamental, ainda, a compreensão de que a construção de uma gestão escolar é sempre processual e, portanto, em se tratando de uma luta política de construção, é eminentemente pedagógica, que deve ser trabalhada em prol da comunidade escolar, visando sempre o ensino aprendizagem de todos os seus alunos.

Portanto, é importante ressaltar, no cenário atual, que a gestão democrática deve ultrapassar os limites da existência de transparência, de impessoalidade e moralidade. Ela deve, portanto, ser expressão da vontade de participação que deve ser exercida pela sociedade civil mediante a organização de forma autônoma. Gestão democrática compreende, portanto, a figura do Diretor enquanto sujeito capaz de promover e motivar a soma de esforços coletivos para alcançar aos fins da escola, aos objetivos da educação, compreendendo também que objeto de trabalho da educação é o sujeito, a emancipação humana e que isso só será possível, ao passo em que houver dentro da escola, a participação real e que se faça presente no Projeto Político Pedagógico (PPP) e no fortalecimento do Conselho Escolar e demais instâncias colegiadas.

2.1 O PPP DA ESCOLA: UMA CONSTRUÇÃO COLETIVA

O Projeto Pedagógico é consequência da reflexão conduzida no ambiente da comunidade escolar, fiel as suas circunstâncias e retrato de seus anseios, de suas necessidades e de suas demandas, após descrição e análise da realidade da comunidade em que a escola se insere, uma filosofia pedagógica consequente, com fixação de metas concretas e metodologias de trabalho capazes de conduzir à consecução dessas metas.

Dessa forma, a democratização da gestão, como direito de todos à Educação, representa a garantia do acesso à escola, do acesso ao conhecimento com qualidade social; do acesso e permanência com aprendizagem; do acesso ao patrimônio cultural e, especificamente do acesso à cidadania.

A formulação de Políticas Públicas para a Educação, com o objetivo de oferecer uma educação com acesso e com qualidade social para todos, significa

fazer a opção pela inclusão social, e se concretiza na medida em que são propostas e se desenvolvem radicalizando a democracia em todas as suas instâncias.

Para VEIGA, (1998:13-14),

O projeto político pedagógico, ao se constituir em processo democrático, preocupa-se em instaurar uma forma de organização do trabalho pedagógico que supere os conflitos, buscando eliminar as relações competitivas, corporativas e autoritárias, rompendo com a rotina do mando impessoal e racionalizado da burocracia que permeia as relações no interior da escola, diminuindo os efeitos fragmentários da divisão do trabalho que reforça as diferenças e hierarquiza os poderes de decisão.

Os princípios teóricos que fundamentam o currículo da Educação Básica, segundo o Regimento Referencia do Ensino Médio Politécnico, (parecer CEED nº 310/2012) oferecem ao estudante informação necessária para o enfrentamento com vistas à transformação da realidade social, econômica e política de seu tempo. A realidade hoje vivida pelos cidadãos brasileiros retrata uma dinâmica social que nos desafia, apresentando novos problemas, questiona a adequação de nossas antigas soluções e exige um posicionamento rápido e adequado ao cenário de transformações imposto pelas mudanças sociais, econômicas e tecnológicas com as quais nos deparamos nas últimas décadas. Esse cenário permeia todas as esferas de nossa vida pessoal, mobilizando continuamente nossa reflexão acerca dos valores, atitudes e conhecimentos que pautam a vida em sociedade. Sendo que esta nos faz questionar frequentemente, enquanto educadores, que cidadãos queremos formar e que mundo queremos construir.

O Ensino Médio Politécnico tem como fundamento uma concepção de conhecimento compreendido como processo humano, sempre provisório, histórico, permanente na busca da compreensão, da organização e da transformação do mundo vivido. A produção do conhecimento se origina nas práticas sociais e nos processos de transformação da natureza pelo homem o que dá ao conhecimento um caráter dinâmico.

O Colégio Manoel Ribas, na sua fase de reelaboração coletiva, do Plano Político Pedagógico (PPP), visando melhorar a qualidade de ensino, e diminuir a infrequência escolar, traçou alguns objetivos:

- Propiciar a consolidação e aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos na finalização da Educação Básica e no Ensino Superior;
- Consolidar no educando as noções sobre trabalho e cidadania, de modo a ser capaz de, com flexibilidade, operar com as novas condições de existência geradas pela sociedade;
- Possibilitar formação Ética, o desenvolvimento da autonomia intelectual e o pensamento crítico do educando;
- Compreender os fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando teoria e prática, parte e totalidade e o princípio da atualidade na produção do conhecimento e dos saberes;
- Desenvolver Projetos pedagógicos que venha ao encontro dos interesses dos alunos.

2.2 OS DESAFIOS DA COMUNIDADE ESCOLAR NOS PROCESSOS EDUCACIONAIS

A implementação de uma gestão escolar participativa democrática é, hoje, uma exigência da sociedade, que entende esta como um dos possíveis caminhos, para uma boa escola, integrando seus alunos em uma sociedade mais democrática. É o que nos remete Lück (2009) ao afirmar que: “Novos desafios e exigências são apresentados à escola, que recebe o estatuto legal de formar cidadãos com capacidade de não só enfrentar esses desafios, mas também de superá-los” (LÜCK, 2009b, p. 16).

Neste sentido, é que temos a democracia como fundamento legal da Educação Brasileira, presente na LDB-9394/96, que estabelece em seu Art.14 que:

Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática de ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

I – participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto político-pedagógico da escola;

II-participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

Desse modo, é necessário se compreender que a Democracia não é uma opção e sim é uma lei que deve ser cumprida.

A organização do trabalho pedagógico na escola pública não é uma tarefa fácil, requer uma formação de boa qualidade além de exigir do gestor um trabalho coletivo que busque a autonomia e a participação na construção do projeto político-pedagógico. Numa gestão democrática, o gestor precisará saber como trabalhar os conflitos e desencontros, deverá ter competência para buscar novas alternativas e que as mesmas atendam aos interesses da comunidade escolar, deverá também, compreender que a qualidade da escola dependerá da participação ativa de todos os envolvidos no processo, respeitando individualidade de cada um e buscando nos conhecimentos individuais novas ideias para enriquecer o trabalho coletivo. A gestão democrática exige participação. “Democracia e participação são dois termos inseparáveis, à medida que um conceito remete ao outro” (LÜCK, 2006, p. 54).

Ao se referir às escolas e sistemas de ensino, o conceito de gestão participativa envolve, além dos professores e funcionários, os pais, os alunos e qualquer outro representante da comunidade que esteja interessado e na melhoria do processo pedagógico. (LÜCK. et.al. 2005, p.17)

No entanto, ainda é um grande desafio refletir sobre uma prática que integre os diversos fazeres educativos de forma democrática e participativa, uma vez que ainda nos dias atuais encontramos diretores centralizadores que tomam todas as decisões sozinhos, professores preocupados apenas com sua sala de aula e pais que participam apenas por obrigatoriedade ou necessidade.

3 A INFREQUÊNCIA ESCOLAR E OS SEUS DESAFIOS

Para Queiroz (2004), a infrequência escolar é uma questão nacional que vem ocupando relevante papel nas discussões e pesquisas educacionais no cenário brasileiro, sendo apontada em muitos estudos como um dos principais problemas dos sistemas educacionais contemporâneos, afetando principalmente alunos do ensino fundamental de classes sociais mais baixas.

Partindo da premissa que a infrequência escolar é um processo continuado e entendendo que o “estar na escola” significa pertencimento aquela instituição, desejar pertencer àquela instituição e mais viver a vida coletiva daquela instituição, iniciou-se um processo contínuo de experimentos metodológicos para que cheguemos ao objetivo final que é contribuir para a qualidade da permanência do aluno na Unidade Escolar, e assim será exposto no subcapítulo a seguir, que retrata a situação do Colégio Manoel Ribas.

3.1 O CONTEXTO DA ESCOLA

Dos bancos do Maneco saíram inúmeras personalidades importantes para a sociedade como reitores, vereadores, prefeitos, governadores deputados e ministros. Por isso, o Maneco não está apenas no coração do Estado. Está no coração de milhares de pessoas que podem ter ido embora para os mais longínquos lugares, tomado os mais diferentes rumos e profissões.

Por isso, também é importante que os professores saibam transformar a escola em um lugar onde os alunos possam levar boas lembranças, bons valores. Um lugar de conhecimento e responsabilidade.

E isso começa na família e na escola. Logo, nunca é tarde para assumir o protagonismo de uma transformação social sólida, pela base, por uma educação humanista. Portanto, entre exigências burocráticas distanciadas da vida real e de todos os revezes de políticas públicas que não priorizam a educação, vem tentando fazer o melhor numa bela casa construída para educar, tomando medidas efetivas a fim de evitar a evasão escolar.

Para tornar realmente uma ação de acompanhamento de apoio e de fornecimento de dados acerca do processo de preenchimento e encaminhamento da FICAI² (Ficha de Comunicação de Aluno Infrequente) e de alternativas de procedimentos para casos de alunos infrequentes, o Colégio Manoel Ribas pretende desenvolver algumas atividades no decorrer do ano de 2015, a partir do

² A Ficha de Comunicação de Aluno Infrequente, conhecida como FICAI, foi instituída em 1997 em Porto Alegre através de parceria entre: • o Ministério Público, • a Secretaria Estadual de Educação, • a Secretaria Municipal de Educação de Porto Alegre e • Conselhos Tutelares. O objetivo da FICAI é de estabelecer o controle da infrequência e do abandono escolar de crianças e adolescentes.

levantamento feito pelo SOE (Serviço de Orientação Educacional) dos alunos infrequentes no decorrer no ano de 2014. De posse desses dados, montamos estratégias para o ano de 2015.

O Colégio Manoel Ribas apresenta hoje, dos alunos matriculados, 622 alunos no turno da manhã e 543 alunos no turno da tarde, uma infrequência de 60 alunos no turno da manhã, dentre esses 16 alunos são maiores de 18 anos, e no turno da tarde 80 alunos são infrequentes, sendo que 23 são maiores. Após a intervenção do setor de SOE e o encaminhamento da ficha FICAI junto ao conselho tutelar, apenas 2 alunos do turno da manhã retornaram e 10 alunos do turno da tarde.

O trabalho procura evidenciar os motivos que levam os jovens a deixarem os estudos, e tem como finalidade desenvolver um projeto que apresente alternativas para combater o abandono escolar no Colégio Estadual Manoel Ribas. O Projeto Político Pedagógico (PPP), em construção, com base nos seus princípios filosóficos e a partir da realidade, busca atender as necessidades formativas do aluno, de acordo com o previsto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB 9.394/96, em consonância com a proposta do Ensino Médio como etapa final da educação básica, o qual tem por finalidade propiciar o desenvolvimento dos educandos, assegurar-lhes a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhes meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores.

Contribui no processo de avaliação, reflexão reorientando o planejamento e na ação de cada segmento da escola.

Busca conhecer a realidade vivencial do educando, a história da própria comunidade, a fim de que os professores e funcionários possam melhor atender a todos os educandos em seu processo de desenvolvimento e de posse dessas informações montar projetos para manter o aluno no Colégio e melhorar o seu desempenho escolar. Desse modo, a pesquisa é ponto de partida para o estabelecimento de programas e metas que permitam uma redução progressiva dos índices de infrequência observada por essa instituição.

O trabalho será desenvolvido, com os alunos da 1ª série do Ensino Médio, a partir do levantamento de informações sobre os números de infrequentes e evadidos e conseqüente investigação de como os alunos, professores e demais funcionários percebem o processo do abandono escolar, a partir desses levantamentos, montar estratégias para diminuir a infrequência.

Foi feito um questionário na reunião geral de início de ano com os pais, de posse desses dados foi montado o perfil das famílias dos alunos no ano de 2015.

Como a infrequência é maior no 1º ano do Ensino Médio, o foco do nosso trabalho foi com esses alunos, desenvolvendo-se da seguinte maneira:

- Questionário com Pais e alunos para montar o perfil das famílias e também saber o que esperam do Colégio.

- Palestras com os Pais sobre a importância da permanência de seus filhos no Colégio, com a ajuda do SOE e do psicólogo.

- Palestras com os alunos sobre “O que a escola representa na vida dos alunos”, desenvolvida com SOE.

- Trabalho individualizado por turma com o psicólogo do Colégio sobre a infrequência e o que os alunos pensam sobre isso.

- Após o psicólogo, que realiza trabalho voluntário, conversar com todas as turmas, passar relatório para a coordenação e SOE, para que o colégio, como gestão, possa montar estratégias de sensibilização com os alunos na tentativa de diminuir a infrequência no 1º ano do Ensino Médio.

- Acompanhamento do Serviço de Orientação Educacional no encaminhamento da ficha FICAI ao Conselho Tutelar dos alunos que não retornarem após todas as ações desenvolvidas pelo colégio.

As ações deste projeto surgiram a partir da reunião geral da 1ª série do Ensino Médio, em março, onde os pais responderam um questionário com várias perguntas, com o objetivo de sensibilizar as famílias com a proposta pedagógica do Colégio. Alguns pais tiveram pequenas dificuldades em compreender as questões, percebemos isso devido à baixa escolaridade de alguns, mas no momento tínhamos pessoal para auxiliá-los. Após a triagem das questões, foram então separadas algumas famílias para dar continuidade ao projeto, já que se trata de infrequência e suas causas.

3.2 A INFREQUÊNCIA ESCOLAR: UMA REALIDADE A SER ENFRENTADA

Conforme acima exposto, fica claro que não existe fracasso escolar, mas sim, alunos que não conseguem aprender o que se quer que eles aprendam. Por esse motivo, vê-se um número tão elevado de evasão nas escolas. Diante do exposto, percebe-se que o tema infrequência e evasão escolar precisam ser analisados por

meio de muitos debates que apontem diversas causas e possíveis soluções em diferentes caminhos.

O problema do abandono dos estudos e da evasão, que se tornou um princípio constitucional do Estado, previsto no artigo 208 da Constituição Federal de 1988, preocupa os educadores e responsáveis pelas políticas públicas. De acordo com o Ministério da Educação (MEC), a evasão atinge 6,9% no Ensino Fundamental e 10% no Ensino Médio (3,2 milhões de crianças e jovens, segundo dados de 2005). São mais 2,9 milhões (dados de 2007) que abandonam as aulas num ano e retornam no seguinte.

De acordo com Queiroz (2004), a evasão escolar, que não é um problema restrito apenas a algumas escolas, mas é uma questão nacional que vem ocupando importante papel nas discussões e pesquisas educacionais no cenário brasileiro, assim como as questões do analfabetismo e da não valorização dos profissionais da educação, expressa na baixa remuneração e nas precárias condições de trabalho.

Devido a isso, educadores brasileiros, cada vez mais, vêm preocupando-se com os jovens que chegam à escola, mas que nela não permanecem. Historicamente, os índices brasileiros de matrícula no ensino médio sempre foram constrangedores, até mesmo em comparações com outros países latino-americanos.

Nos últimos anos, no entanto, tem-se assistido a uma evolução significativa no número de matrículas, devido, principalmente, à tendência de correção do fluxo no interior do sistema, o que tem permitido diminuir a idade dos concluintes do ensino fundamental, e às exigências do mercado de trabalho, agora mais estreito e competitivo, que motiva os jovens trabalhadores a demandarem uma carreira educacional mais longa. Assim, é possível observar que a clientela do ensino médio tende a ser cada vez mais heterogênea, tanto socioeconomicamente quanto pela composição etária (Krawczyk, Zibas, 2001).

Conforme afirma Souza (2011), a evasão escolar no Brasil é um problema antigo, que perdura até hoje. Apesar dessa situação ainda existir no Ensino Fundamental, atualmente, o que chama atenção é o número de alunos que abandonam o Ensino Médio.

Para Arroyo (1997), na maioria das causas da evasão escolar, a escola tem a responsabilidade de apontar a desestruturação familiar, e o professor e o aluno não têm responsabilidade para aprender, tornando-se um jogo de empurra, empurra. Sabe-se que a escola atual é preciso estar preparada para receber e formar estes

jovens e adultos que são frutos dessa sociedade injusta e, para isso é preciso professores dinâmicos, responsáveis, criativos, que sejam capazes de inovar e transformar sua sala de aula em um lugar atrativo e estimulador.

Para Queiroz (2011, p.03, Meksenas 1998), os alunos são obrigados a trabalhar para o sustento próprio e da família. Exaustos da maratona diária e desmotivados pela baixa qualidade do ensino, muitos desistem dos estudos sem completar o curso secundário.

Nunes (2007) fala que a família não deixa de ser uma peça fundamental na educação, mas que os motivos do abandono escolar envolvem questões mais profundas. Um grande problema é a distribuição desigual de renda e metodologia do ensino que ainda atende às normas do século XIX, dessa forma a escola deixa de ser um espaço atrativo e o aluno não se vê como parte daquela realidade.

Os procedimentos para o acompanhamento da frequência estão contemplados no projeto político pedagógico da Escola e na pauta de discussão com o corpo docente nas reuniões de planejamento. O diretor também realiza o Censo Escolar e preenche as tabelas com dados de aprovação, reprovação e movimento escolar solicitadas anualmente pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep)³.

Os motivos que levam o aluno a deixar de estudar são muitos, podemos elencar, a partir da experiência vivenciada por essa pesquisa, tais como a necessidade de entrar no mercado de trabalho, a falta de interesse pela escola, dificuldades de aprendizado que podem acontecer no percurso escolar, doenças crônicas, deficiências no transporte escolar, falta de incentivo dos pais, mudanças de endereço e outros.

Para serem minimizados, alguns desses problemas dependem de ações do poder público, da família e da escola, assim previsto no artigo 205/CF. Outros, porém, podem ser solucionados com iniciativas tomadas ao longo do ano pelos gestores escolares e suas equipes que têm a responsabilidade de assegurar as condições de ensino e aprendizagem o que, obviamente, se perde quando o aluno não vai à aula.

³ O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) é uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação (MEC), cuja missão é promover estudos, pesquisas e avaliações sobre o Sistema Educacional Brasileiro com o objetivo de subsidiar a formulação e implementação de políticas públicas para a área educacional a partir de parâmetros de qualidade e equidade, bem como produzir informações claras e confiáveis aos gestores, pesquisadores, educadores e público em geral.

Verifica-se que as famílias devem ser conscientizadas sobre a importância do estudo para os filhos. Não há dúvida de que o meio em que o aluno vive é o familiar, cuidando dela, provavelmente se aportarão benefícios à questão educacional. Vale ressaltar que o professorado é e sempre será um dos construtores importantes da questão educacional, mas não é o único, deve haver a gestão compartilhada.

Já no âmbito legal, a Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a Lei 9.394/96, prevê no seu artigo 5º, que é uma reprodução do artigo 208, § 3º da Constituição Federal, que cabe ao Poder Público zelar, junto aos pais ou responsáveis, pela frequência à escola. Portanto, aqui o dispositivo é mais aplicável para diretores, coordenadores e professores das redes estadual e municipal de ensino, enquanto agentes do poder público.

No artigo 12, inciso VII, da LDB, cabe aos estabelecimentos de ensino informar aos pais, responsáveis ou, mesmo aos alunos, quando na maioria, sobre sua frequência e seu rendimento acadêmico, bem como sobre a execução da proposta pedagógica ou projeto pedagógico do estabelecimento de ensino.

3.3 A RELAÇÃO DA INFREQUÊNCIA ESCOLAR COM A NECESSIDADE DO FORTALECIMENTO DA GESTÃO DEMOCRÁTICA: UMA RESPONSABILIDADE COMPARTILHADA

A gestão democrática pressupõe a participação efetiva dos vários segmentos da comunidade escolar pais, professores, estudantes e funcionários em todos os aspectos da organização da escola. Esta participação incide diretamente nas mais diferentes etapas da gestão escolar (planejamento, implementação e avaliação) seja no que diz respeito à construção do projeto e processos pedagógicos quanto às questões de natureza burocrática. Esta perspectiva de gestão está amplamente amparada pela legislação brasileira, conforme visto anteriormente.

É fundamental compreender a questão da gestão democrática para além do seu aspecto conceitual. Não se trata apenas de uma concepção de sociedade que prima pela democracia como princípio fundamental, mas do entendimento de que a democratização da gestão é condição estruturante para a qualidade e efetividade da educação, na medida em que possibilita que a escola crie vínculos com a comunidade onde está inserida.

Segundo Paro (2007) a gestão democrática quando posta de forma adequada tem a possibilidade de se tornar uma das práticas mais importante para o melhoramento da educação. Toda escola necessita de uma administração, porém quando esta se dá de forma democrática, percebe-se o quanto se pode avançar de maneira positiva rumo a uma "boa educação" e um envolvimento coletivo, o qual vem a ser um dos pilares da gestão democrática.

A participação é um pressuposto importante numa gestão democrática, na verdade é uma condição preponderante, pois através dela busca-se alcançar os objetivos com a colaboração de todos os segmentos da comunidade educativa, desta forma, obtêm-se maiores possibilidades de alcançar sucesso naquilo que se espera. É indispensável que o professor também reconheça o seu papel e tenha consciência da importância desse tipo de gestão, pois o docente é uma peça chave para um ensino de qualidade, logo sua colaboração e participação são essenciais em meio a uma administração escolar democrática.

Paro (2007) também afirma que a gestão democrática implica compartilhar as decisões, incentivando a participação e respeitando as pessoas e suas opiniões, proporcionando um ambiente de confiança entre os todos os segmentos da comunidade escolar. Não existe apenas uma maneira de participação. Entre as formas de participação que podem ser criadas na escola, destacam-se: conselho escolar, conselho de classe, círculo de pais e mestres e grêmio estudantil, entre outros fóruns e espaços legalmente qualificados para a participação efetiva.

Atualmente, a evasão escolar se constitui como um problema que cresce cada vez mais, afetando principalmente as escolas públicas. Várias discussões e debates têm sido realizados, procurando encontrar o "responsável" e a "solução" para esse problema, entretanto chega-se a conclusão que não há um responsável e tampouco uma solução mágica, esse é um processo lento que precisa da conscientização e participação coletiva da escola. As reflexões têm tomado, como ponto principal de debate, o papel tanto da família como da escola em relação à vida escolar dos alunos.

A importância da presença da família na escola e participar do processo de escolarização dos adolescentes tende a favorecer a construção de parceria no desenvolvimento das ações que favoreçam o sucesso escolar e social dos adolescentes matriculados nesta escola.

A Escola Manoel Ribas tem como intuito promover, com esse trabalho, uma interação significativa com os pais, os professores e os alunos, visando oportunizar vivências que possibilitem o refletir sobre o processo de desenvolvimento, para que possam assumir o compromisso com a aprendizagem informal e formal dos adolescentes, colaborando com a construção de horizontes, que terão posteriormente impactos positivos em suas vidas e dessa forma fazer com o adolescente queira estar na escola e participar de todos os momentos disponibilizados por esta instituição de ensino.

Pensando assim, há a necessidade de se estreitar os laços entre escola e aqueles que dela participam direta ou indiretamente, a família, uma vez que se procura acompanhar o desenvolvimento da criança em todo o seu processo de aprendizagem, tanto no lar quanto na sua atividade escolar, envolvendo-se e participando com seus filhos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como objetivo mostrará comunidade escolar a problemática que se vive hoje no Colégio Manoel Ribas e as ações desenvolvidas para diminuir a Infrequência. O objetivo maior da equipe do SOE e demais envolvidos foi desenvolver um trabalho de forma integrada com atendimento ao aluno, suas famílias e demais membros do contexto escolar. Como princípio básico, pautou-se no compromisso e envolvimento de todos os membros e co-responsáveis nesse processo com vistas a uma abordagem integrada de professores, SOE e alunos de forma a contribuir na aproximação da realidade e compreensão do aluno em sua totalidade e, dessa forma, contribuir para a diminuição da infrequência escolar.

Com a seleção de algumas, famílias entramos em contato com os pais e alunos para esclarecer como daríamos continuidade ao projeto. Os alunos foram convidados a participar de palestras com o Serviço de Orientação Educacional, onde foi colocada a proposta do projeto e o porquê da escolha do assunto. Nesse momento, foi apresentado a eles os índices de infrequência e o que isso acarretou a cada aluno. O momento da conversa entre SOE, Psicólogo do colégio e alunos foi muito rico, pois os mesmos também colocaram as suas impressões sobre o assunto, ficando a proposta de novos encontros para dar continuidade às discussões.

A participação dos pais que vieram ao encontro foi muito ativa. Na oportunidade, foi colocada a preocupação do Colégio com a infrequência escolar, os pais também se mostraram muito preocupados, então o SOE e Psicólogo falaram da importância das famílias participarem de todos os trabalhos propostos e de se manterem sempre em contato para saber do andamento de seu filho dentro da instituição, para não perdermos o controle. Sentimos, no momento, que temos todo o apoio dessas famílias no desenvolvimento do projeto. Combinou-se a continuidade das tarefas do projeto, com horários alternativos para que todos possam estar presentes.

Contudo, é um grande desafio para docentes e gestores, porém, necessário a sua natureza educativa, e deve ser construída coletivamente no diálogo travado entre professores, gestores, pais e alunos, prevista adequadamente no projeto pedagógico da escola e nos planejamentos docente e da coordenação pedagógica.

Concluiu-se que há muitos motivos que levam o aluno a deixar de estudar, a necessidade de entrar no mercado de trabalho, a falta de interesse pela escola, dificuldades de aprendizado que podem acontecer no percurso escolar e, também, o problema da evasão escolar especialmente durante a transição do ensino fundamental para o médio. Para serem minimizados, alguns desses problemas dependem de ações do poder público. Outros, contudo, podem ser solucionados com iniciativas tomadas ao longo do ano pelos gestores escolares, acompanhamento multidisciplinar com psicólogos, assistentes sociais, equipe diretiva, SOE, etc.

Assim, para minimizar a precariedade dos recursos humanos quanto a demanda do dia a dia escolar, a presente pesquisa nos forneceu subsídios evidenciando a necessidade de aumentar e otimizar o número de pessoas envolvidas nessas situações vivenciadas pelas escolas e, em especial, pelo Colégio Manoel Ribas, a fim de que se possa minimizar os índices de infrequência e evasão escolar, combinando-se os fatores como as atividades realizadas para demonstrar às famílias a importância da escola, o fortalecimento da gestão democrática e participativa, a observância do PPP, entre outros fatores amplamente trabalhados no decorrer do trabalho.

E também evidenciar a dimensão dos aspectos internos que envolvem a problemática da infrequência escolar e, conseqüentemente, as infinitas possibilidades de intervenções pedagógicas, como implementar projetos que

venham ao encontro dos interesses do alunos, na tentativa de diminuir cada vez mais a infrequência escolar, já que a escola irá proporcionar atividades extra classe para que o aluno possa ser agente da sua aprendizagem, e capazes de minimizar e ou superar as causas da infrequência no contexto da escola.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel G. da. **Escola coerente à Escola possível**. São Paulo: Loyola, 1997 (Coleção Educação popular – nº 8.).

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n. 9.394/96 - Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Brasília/DF/BRA: Diário Oficial da União, 23 de dezembro de 1996.

_____. **Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei Federal nº 8069, de 13 de julho de 1990**. Índice elaborado por Edson Seda. Curitiba: Governo do Estado do Paraná, 1994.

_____. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, Senado, 1998.

KRAWCZYK, Nora. **A escola média: um espaço sem consenso**. *Cad. Pesqui.* [online]. 2003, n.120, pp. 169-202. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/n120/a10n120.pdf>

LÜCK, Heloísa. et.al. **A escola participativa: o trabalho do gestor escolar**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

LÜCK, Heloísa. **A gestão participativa na escola**. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2006.

MACHADO, Márcia Rodrigues. **A evasão nos cursos de agropecuária e informática / Nível técnico da Escola Agrotécnica Federal de Inconfidentes/MG (2002 a 2006). Dissertação de Mestrado**. Faculdade de Educação da UNB: Brasília/DF. 131p., 2009.

NUNES, Elisabete de Fátima Polo de Almeida et. al. **Análise da evasão de alunos dos cursos de profissionalização da área de enfermagem no Paraná**. *CiencCuidSaude*, 2007; 6(4):433-440. Disponível em: <<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/CiencCuidSaude/article/viewFile/3869/2680>.

PARO, Vitor Henrique. **A estrutura da escola e prática educacional democrática**. In: 30ª Reunião Anual da Anped: 30 anos de pesquisa e compromisso social. Caxambú, 2007.

QUEIROZ, Lucileide Domingos (2004). **Um Estudo Sobre a Evasão Escolar: para se pensar na inclusão escolar**. Disponível em: www.anped.org.br/reunioes/25/lucileidedomingosqueirozt13.rtf.

Regimento Padrão do Ensino Médio Politécnico - Parecer CEED nº 310/2012

SOUSA, Antônia de Abreu. **Evasão escolar no ensino médio: velhos ou novos dilemas?**. 2011. Disponível em: <http://essentiaeditora.iff.edu.br/index.php/vertices/article/viewFile/1220/641>.

VEIGA, I. P. A. Projeto político-pedagógico: uma construção coletiva. In: VEIGA, I. P. A. (Org.) **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível**. 15.ed. Campinas: Papirus Editora, 2002.

ANEXO

PESQUISA – FAMÍLIA - 1ª ANO

Dados Pessoais do aluno:

Turma: _____ Idade: _____ anos Bairro: _____

1 - Concluiu o Ensino Fundamental (anos finais) em:

() Escola Municipal _____

() Escola Estadual _____

() Escola Particular _____

2 - Meio de locomoção para a escola:

() ônibus () transporte escolar () carona () a pé Outro: _____

3 - Como seu/sua filho(a) utiliza o tempo livre? _____

Dados familiares:

4 - Nº de integrantes (residentes na mesma casa): _____ pessoas

5 - Escolaridade dos Pais ou responsáveis:

Pai: () Ensino Fundamental () Incompleto () Completo

() Ensino Médio () Incompleto () Completo

() Ensino Superior () Incompleto () Completo

Mãe: () Ensino Fundamental () Incompleto () Completo

() Ensino Médio () Incompleto () Completo

() Ensino Superior () Incompleto () Completo

6 -- Profissão dos pais:

Pai: _____

Mãe: _____

7 - Renda familiar:

() até um salário mínimo () de três a cinco salários mínimos

() de um a três salários mínimos () mais de cinco salários mínimo

8 - Possui plano de saúde:

() sim () não

9 - Possui algum familiar/conhece alguém – gravidez na adolescência:

() sim () não

Quanto aos hábitos alimentares:

10 - Costumam consumir frutas?

() sim () não

11 - Com que frequência?

() uma vez por semana, () todos os dias () não consome

12 – Consome verduras ?() sim () não

- Com que frequência? () uma vez por semana () todos os dias () não consome

13 – Consome refrigerante?() uma vez por semana () todos os dias () não consome

14 – Consome sobremesa/doce? () uma vez por semana () todos os dias () não consome

Dados sociais:

15 - Seu bairro/vila possui:

() Igreja(s) () Posto/ Unidade de saúde () Mercado () Centro Comunitário
() Creche () Escola de Ensino Fundamental() Escola de Ensino Médio ()

CTG

() Rede de água () Rede de esgoto() Rede elétrica

() Coleta de lixo (frequência: ___ por semana) () Calçamento das ruas (tipo: _____)

() visita de agente de saúde () posto de vacinação () posto policial

16 - Como você vê seu/sua filho(a) daqui a 3 anos?

() Repetindo alguma série

() Concluindo o Ensino Médio, se esta alternativa, então:

() Iniciando numa faculdade de ensino superior

() Iniciando em um curso técnico

() Iniciando a trabalhar

() Se preparando para realizar concursos públicos de nível médio

() Iniciando o serviço militar obrigatório

() Outros - Cite quais possibilidades:

FICHA DE ALUNO INFREQUENTE – FICAI

1. ESCOLA

NOME: _____ ESTADUAL()MUNICIPAL()PRIVADA ()

ENDEREÇO: _____

MUNICÍPIO: _____ TELEFONE: _____

2. ALUNO(A)

IDADE: _____

NOME: _____ DATA DE NASCIMENTO: __/__/____

FILIAÇÃO: _____ E _____

ENDEREÇO: _____ BAIRRO _____

MUNICÍPIO: _____ TELEFONE: _____

PONTO DE REFERÊNCIA: _____

NOME E ENDEREÇO DE OUTRAS REFERÊNCIAS (parentes e vizinhos) _____

3. O ALUNO (A) NO CONTEXTO ESCOLA

3.1. Na Sala de Aula:

SÉRIE/TURNO/TURMA: ____ DATAS DAS FALTAS: _____

NOME DO PROFESSOR DE REFERÊNCIA: _____

DATA DA COMUNICAÇÃO: __/__/____

OBSERVAÇÕES DO PROFESSOR (interação do aluno com a turma, com o professor, hipóteses para as faltas): _____

3.2 Providências da Orientação Escolar:

3.3 Providências da Equipe Diretiva:

CONTATOS COM A FAMÍLIA (data; instrumentos utilizados – recado, telefonema, visita domiciliar, entrevista na escola, outros; responsável pelos contatos):

MOTIVOS IDENTIFICADOS PARA AS FALTAS:

Dific. aprendizagem () Está trabalhando () Envolvimento com drogas () Falta de transporte () Resistência do aluno () Doença () Prob. de relac. escolar () Distorção idade/série () Carência material () Outros: _____

PROCEDIMENTOS DA ESCOLA FRENTE AOS MOTIVOS IDENTIFICADOS (entrevista com os familiares, encaminhamentos para a rede de atendimento, encaminhamento da situação de violação de direitos ao Conselho Tutelar, plano de recuperação de frequência e aproveitamento, dentre outros):

3.4 RETORNO DO ALUNO À ESCOLA EM : ___/___/___ ASS. DO DIRETOR(A):-

4. NO CASO DO ALUNO NÃO RETORNAR À ESCOLA:

4.1. REGISTRO DE CONHECIMENTO DA ESCOLA E ENCAMINHAMENTO À SECRETARIA DE EDUCAÇÃO: ENCAMINHADO EM: ___/___/___ ASS. DO DIRETOR(A): _____

4.2. ENCAMINHAMENTO DA FICAI AO CONSELHO TUTELAR EM: ___/___/___
Ass: _____

5. NO CONSELHO TUTELAR:

Recebimento em: ___/___/___ Ass: _____

5.1. PROCEDIMENTOS EFETUADOS PELO CONSELHO TUTELAR (datas + meios de contato com a família: entrevista, visita domiciliar; medidas protetivas e aos pais – artigos 101 e 129 do ECA - aplicadas):

5.2 ALUNO RETORNOU À ESCOLA: DEVOLUÇÃO DA FICAI EM: ___/___/___
Ass:_____

5.3. ALUNO NÃO RETORNOU À ESCOLA:- Encaminhamento ao CREAS⁴/CRAS⁵ para elaboração de plano de trabalho com estratégias de trabalho com as crianças, os adolescentes e suas famílias, constando compromissos e recursos disponibilizados para atender às necessidades detectadas e desenvolver potencialidades em:___/___/___

5.4. - ENCAMINHAMENTO AO MINISTÉRIO PÚBLICO EM: ___/___/___
Ass;_____

6. ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO (datas + audiência, solicitações de serviços junto à rede de atendimento, ajuizamento de ação, dentre outros):

6.1. ALUNO RETORNOU À ESCOLA:

ARQUIVAMENTO/DEVOLUÇÃO À ESCOLA E COMUNICAÇÃO AO CONS. TUTELAR EM: ___/___/___

**6.2. ALUNO NÃO RETORNOU A ESCOLA:
PROVIDÊNCIAS**

AJUIZADA AÇÃO (CÍVEL/CRIMINAL) EM:___/___/___

ASSINATURA DO(A) PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA:

⁴ CREAS: Centro de Referência Especializado de Assistência Social.

⁵ CRAS: Centro de Referência da Assistência Social.